



RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.827.775,62	163.779,76	26.661.529,45	2.466,41
Poder Executivo	26.526.549,23	163.779,76	26.360.303,06	2.466,41
Poder Legislativo	301.226,39		301.226,39	-
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	131.001.704,86	38.621.008,04	67.617.430,74	24.763.266,08
Poder Executivo	130.553.623,04	38.585.568,58	67.220.287,38	24.747.767,08
Poder Legislativo	448.081,82	35.439,46	397.143,36	15.499,00
TOTAL	157.829.480,48	38.784.787,80	94.278.960,19	24.765.732,49

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	159.799.250,26	25%	22,53
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	138.610.688,67	70%	100,29

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	176.907.755,69	15%	25,34

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	1,91

Na Consolidação estão agregados os dados do Poder Executivo (Prefeitura Municipal, SAAE, IPMJ, FUNDAÇÃO CULTURAL, FUNDAÇÃO PRÓ-LAR e SRJ) e do Poder Legislativo (Câmara Municipal).

Celso Florêncio de Souza
Prefeito Municipal

Francisco José Monteiro
Supervisor de Unidade de Controladoria
de Finanças e Orçamento

Adriana de Azevedo Nogueira Preto
Supervisora de Unidade de Contabilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Palácio da Liberdade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 509/2025

Dispõe sobre a instituição do “Selo Empresa do Futuro” no âmbito da Câmara Municipal de Jacareí, destinado a reconhecer empresas que se destacarem em boas práticas de inovação, sustentabilidade, proteção de dados e responsabilidade social.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ** aprova e o seu Presidente, Vereador Paulo Luís Santos, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Jacareí, o “Selo Empresa do Futuro”, destinado a reconhecer empresas que desenvolvam boas práticas em:

- Inovação tecnológica ética e responsável;
- Sustentabilidade ambiental e uso consciente de recursos naturais;
- Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados; e
- Responsabilidade social e contribuição comunitária efetiva.

Art. 2º O Selo será concedido anualmente no mês de maio pela Câmara Municipal, em Sessão Solene, de acordo com os seguintes níveis de reconhecimento:

- Bronze: empresas que atendam a pelo menos dois dos critérios previstos no art. 1º;
- Prata: empresas que atendam a três dos critérios; e
- Ouro: empresas que cumpram integralmente os quatro critérios estabelecidos.

Parágrafo único. Cada vereador poderá indicar, até o dia 1º de março de cada ano, uma empresa candidata ao Selo, acompanhada de justificativa.

Art. 3º As empresas reconhecidas serão contempladas com Diploma de Mérito “Empresa do Futuro” e poderão utilizar menção pública da homenagem em seus materiais institucionais.

Art. 4º O Cerimonial da Câmara Municipal de Jacareí adotará as providências necessárias à realização da Sessão Solene.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 19 de novembro de 2025.

PAULO LUÍS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

Autoria do projeto: Vereador Juex Almeida.

RESOLUÇÃO Nº 756/2025

Altera a Resolução nº 745/2022 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí, nos termos que especifica.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ** APROVA E O SEU PRESIDENTE, VEREADOR PAULO LUÍS SANTOS, PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º A Resolução nº 745/2022 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacareí passa a constar com as seguintes alterações e acréscimos:

“Art. 66-A. A chamada regimental das sessões será realizada, preferencialmente, através do login no sistema eletrônico de votação.
(.)

Art. 72. (.)

§ 7º A leitura na íntegra do trabalho legislativo somente ocorrerá caso



o Vereador solicitante esteja presente no plenário, no momento da realização da leitura.
(.)

Art. 113. (.)
§ 4º (Revogado).
(.)

Art. 132. (.)
I - não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente, preferencialmente através do sistema eletrônico.
(.)

Parágrafo único. A citação nominal de forma agressiva ou desrespeitosa, feita por Vereador a colega parlamentar, poderá gerar direito de resposta, a ser exercido a critério da Presidência, desde que requerido pelo citado imediatamente após o fato.
(.)

Art. 135. (.)
(.)

XIII - 01 (um) minuto para o direito de resposta.
(.)

Art. 141-A. Todas as votações do plenário ocorrerão, preferencialmente,

por intermédio de sistema eletrônico, inclusive respeitando-se o sigilo daquelas sujeitas ao voto secreto, ocasiões em que fica dispensado o uso de cédulas e demais trâmites em meio físico previstos no artigo 141.
(.)

Art. 162. Os prazos previstos neste Regimento Interno e no Código de Ética e Decoro Parlamentar não correrão durante os períodos de recesso parlamentar e sempre serão contados em dias úteis, exceto para os casos expressamente previstos em dias corridos e para as situações específicas estabelecidas em resolução.

Parágrafo único. Na contagem dos prazos observar-se-á, no que couber, a legislação processual civil, sendo que terão início sempre no primeiro dia útil subsequente ao evento”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jacareí, 19 de novembro de 2025.

PAULO LUÍS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

Autoria do Projeto: Vereadores Paulinho do Esporte, Maria Amélia e Jean Araújo (Mesa Diretora do Legislativo).



SERVIÇO DE
REGULAÇÃO
DE SANEAMENTO
DE JACAREÍ

SERVIÇO DE REGULAÇÃO de Saneamento de Jacareí

PORTARIA Nº 18, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

“CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”
GUSTAVO COSTA, Diretor Presidente do SERVIÇO DE REGULAÇÃO DE SANEAMENTO DE JACAREÍ - SRJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO os termos do artigo 213 da Lei Complementar nº 13 de 07/10/1993 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí;
CONSIDERANDO que a servidora abaixo relacionada alcançou, nesta data, 1 (um) ano ou mais de trabalho no Serviço Público;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder adicional por tempo de serviço – anuênio – a servidora abaixo nomeada:

Matrícula	Servidor	Anuênio – (%)
13	Bianca Taina Gomes Pedrosa	7%

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se e publique-se.

Jacareí, 25 de novembro de 2025.
Gustavo Costa
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 19, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

“DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DE NORMAS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025 JUNTO A AUTARQUIA MUNICIPAL ESPECIAL”

O Sr. **Gustavo Costa**, Diretor Presidente do Serviço de Regulação de Saneamento de Jacareí – SRJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO as normas gerais contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as diretrizes fixadas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO que a proximidade do final do ano reclama critérios para o encerramento do exercício de 2025;

CONSIDERANDO que os empenhos relativos a contratos em andamento necessitam ser revistos no sentido de se identificar o montante real das despesas a serem efetivamente liquidadas no corrente exercício;

CONSIDERANDO que o serviço de contabilidade e finanças necessita de ato normativo que discipline os procedimentos a serem tomados de forma a agilizar o encerramento do exercício;

CONSIDERANDO, finalmente, que compete a Presidência da Autarquia Especial a edição de atos internos e normatizados para prestação dos serviços;

RESOLVE

Art. 1º - Para o encerramento do exercício financeiro de 2025, ficam definidas as seguintes datas limites:

I. **28 de novembro**,

a) para emitir empenhos de despesas de custeio e capital, exceto os referentes a gastos com pessoal,

b) os pedidos de adiantamento de viagem, pequenas despesas e de diárias somente serão atendidos em casos excepcionais e inadiáveis.

II. **12 de dezembro**, para enviar à Contabilidade as notas fiscais referentes aos recebimentos de material de consumo e material permanente;

III. **15 de dezembro**, estornar empenhos referentes aos contratos e convênios de natureza continuada que alcancem o exercício de 2026, sendo que os novos empenhos serão providenciados pela Diretoria Administrativa e Financeira.

Art. 2º As despesas orçamentárias legalmente contratadas, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de 2025 serão inscritas em restos a pagar, distinguindo-se os restos a pagar processados dos restos a pagar não processados, conforme disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - Para fins do disposto no caput deste artigo consideram-se:

I – Restos a pagar processados: as despesas que completaram o estágio da liquidação e que se encontram prontos para pagamento, e

II – Restos a pagar não processados: as despesas que concluíram o estágio do empenho e que se encontrem, em 31 de dezembro de 2025, pendentes de liquidação e pagamento.

Art. 3º A execução orçamentária da despesa observará o princípio da anualidade do orçamento e o regime de competência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando a Diretoria Administrativo-Financeiro encarregada de lhe dar o devido cumprimento.

Jacareí, 25 de novembro de 2025.

Gustavo Costa
Diretor Presidente